



MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2021/2025

Ata da Assembleia Municipal de 24 de abril de 2025

Ata da Assembleia Municipal de 24 de abril de 2025

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório Professor Doutor Emídio Ribeiro, da Vila do Gerês, realizou-se a segunda sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e cinco da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Apreciação da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto-Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; ----

2. Análise e votação do Regulamento Municipal de apoio à aquisição de medicamentos; -----

3. Análise e votação do Regulamento Municipal de instrução dos Procedimentos Administrativos; -----

4. Análise e votação do Regulamento da Taxa Municipal Turística; -----

5. Análise e votação do Regulamento Análise e votação da proposta de atualização da tabela anexo ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências nas Freguesias; -----

6. Análise e votação da Segunda revisão aos documentos previsionais para o ano de 2025; -----

7. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e vinte e quatro que apresentam os seguintes factos mais relevantes:

Total do Ativo: € 46.806.178,12;-----

Total do Património Líquido:€ 39.220.150,23;-----

Total do Passivo: € 7.586.027,89;-----

Total de Rendimentos: € 14.157.442,30;-----

Total de Gastos: € 14.890.495,01;-----

Resultado Líquido do Exercício:€ - 733.052,71;-----

Desempenho Orçamental:-----

Saldos iniciais:-----

Operações Orçamentais: € 873.669,46-----

Operações de Tesouraria: € 425.286,39;-----

Recebimentos:-----

Operações Orçamentais: € 18.685.094,73;-----

Operações de Tesouraria: € 108.949,22;-----

Pagamentos:-----

Operações Orçamentais: € 15.224.153,31;-----

Operações de Tesouraria: € 95.934,82;-----

Saldos Finais:-----

Operações Orçamentais: € 3.460.941,42;-----

Operações de Tesouraria: € 438.300,79.-----

8. Análise e conhecimento da Certificação Legal de Contas de 2024 e Relatório do Auditor Externo; -----

9. Análise e conhecimento do Relatório do Estatuto de Direito de Oposição;-----

10.Voto de Pesar – Dr. Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva;-----

11.Voto de Pesar – Padre Adelino da Costa e Sousa.-----

----- Assumiu a presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e a senhora Elisa Lameira, o lugar de segunda secretária. -----

----- Esteve presente nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo, acompanhado do Vice-Presidente, Adelino Cunha, do Vereador António Cunha e da Vereadora Isménia Loureiro. -----

----- Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e oito, tendo sido registadas as ausências da deputada municipal Joana Oliveira a António Pires, que foram substituídos nos termos da Lei pela deputada em substituição Liliana Simões e deputado Orlando Miguel Teixeira, respetivamente. O senhor deputado Guilherme Alves faltou igualmente à sessão e não requereu a sua substituição-----

----- Comprovada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e colocado a mesma à disposição para consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior, de 7 de fevereiro. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva da mesma aos membros da assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Logo depois e como não foi solicitada a palavra ou qualquer reparo sobre a mesma, a ata da sessão anterior foi colocada à votação e aprovada por maioria, com uma abstenção do senhor deputado Vítor Fernandes, do Partido Socialista. -----

----- Ainda neste período inicial, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para propor a inclusão de um novo ponto, no caso, um Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco. Colocado à consideração e sem reparos ou intervenções, a inclusão foi aprovada por unanimidade, passando assim a constar como décimo segundo ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Seguidamente teve início o período de antes da ordem do dia. -----

---- Inscreveu-se neste período para uso da palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira. -----

---- Assim sendo, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira deu início à sua intervenção e após os cumprimentos iniciais dirigidos a todos os presentes, começou por sublinhar a importância de se assinalar o “ 25 de abril”, a adesão e participação do município na campanha efetuada contra os maus tratos na infância e a adesão e participação da câmara municipal na Semana Cultural promovida pelo Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, onde foi proporcionada uma estadia aos alunos aqui na Vila do Gerês. Ainda na sua intervenção, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira referiu-se ao mau estado da estrada nacional entre Covide e a sede do concelho e questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação do PDM. -----

---- *Igualmente neste período o senhor deputado Avelino Soares inscreveu-se para usar da palavra, nos moldes da intervenção que se transcreve de seguida na íntegra: -----*

Ex.mº Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Ex.mº Senhor Presidente da Câmara-----

Ex.mºs Secretários Dr. Paulo Morgado-----

Ex.m-ª Senhora Vereadora-----

Ex.mº Senhor Vereador-----

Digníssimos membros desta Assembleia -----

Ex.mº Público Presente-----

Ex.mºs Chefes de Divisão-----

Ocorreu no passado dia 21 deste mês, o falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco, cujo funeral será realizado no próximo sábado.-----

Sua Santidade o Papa Francisco, revelou-se, após a sua eleição, como um exemplo de humildade, de serviço e de dedicação às causas dos crentes e não crentes, causas sociais e humanitárias, correspondendo e cumprindo, na sua missão, com os ensinamentos da doutrina de Jesus Cristo.-----

Como nota singela é de referir o facto de ter dispensado todo o tipo de opulência, quer em termos de utilização das instalações de maior conforto, que são destinadas ao chefe da Igreja Católica, quer em termos do uso de indumentárias e insígnias, de maior valor e relevo.-----

Praticou a humildade e transmitiu essa mensagem manifestando-se sempre como um defensor da causa dos pobres e oprimidos, tendo afirmado: “Como eu gostaria de ter uma Igreja pobre e para os pobres”.-----

O Papa Francisco foi e será sempre recordado como um exemplo na doutrina que transmitiu, na mensagem que mobilizou multidões e na proximidade que o identificou como um “alter Christus” nos tempos conturbados em que vivemos. -----

----- Fim da transcrição e consequente intervenção do senhor Deputado Avelino Soares.--

----- Interveio também neste período o senhor deputado Vítor Fernandes, que depois dos cumprimentos iniciais dirigidos a todos, justificou a sua ausência e sentido de voto sobre a sessão e a ata da sessão anterior com o facto de estar um pouco desprevenido sobre a data da realização da mesma, anterior ao que é habitual. Continuando, o senhor deputado, demonstrou o seu desapontamento sobre as comemorações do “25 de abril” em Terras de Bouro. É lamentável que depois de 51 anos de democracia na agenda do município sobre esta data não conste nada, sublinhou, deixando simultaneamente o seu reparo por todos os que lutaram pela liberdade, concluiu o senhor Deputado Vítor Fernandes. -----

----- Seguiu-se logo após a primeira intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal. Assim e depois dos cumprimentos iniciais a todos, o Senhor Presidente começou por se associar ao Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e de como tal gesto marca o nosso reconhecimento por uma pessoa que tanto lutou pela Paz no Mundo. Continuando, referiu a realização, não só da assembleia municipal, mas de todas as atividades e concertos, durante este fim de semana na vila termal do Gerês, como sendo mais uma importante forma de valorizar esta localidade. Já sobre a intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carvalheira e depois de agradecer a mesma, o Senhor Presidente reconheceu também as palavras sobre o trabalho realizado pela câmara municipal e a colaboração com o Agrupamento de Escolas, algo que continuaremos a concretizar. Relativamente à estrada que liga Covide à sede do concelho, está realmente em muito mau estado e depois de várias diligências que efetuamos junto das entidades responsáveis, a via consta já da lista de estradas a ser requalificadas em breve, sendo inclusive aprovada na última reunião do Conselho de Ministros, assim como a estrada para Rio Caldo, até Valdosende e ainda a via da sede do concelho até Souto. Ainda na via de Covide/Moimenta a Infraestruturas de Portugal irá realizar um levantamento topográfico tendo em vista a eliminação da Curva do Eiras em Covide, projeto que contamos apresentar em junho. No domínio das vias, o Senhor Presidente avançou também com a informação sobre a intervenção da requalificação do caminho florestal da Mata da Albergaria com a devida autorização do ICNF. Relativamente ao PDM, o processo continua a acelerar para a sua resolução e contamos também em junho apresentar uma proposta do novo PDM para discussão. Neste momento, tanto o Plano de Ordenamento do PNPG como o Plano Especial da Albufeira

da Caniçada estão em andamento para adiantar o procedimento, sendo que, a própria marcação da assembleia municipal de junho está sujeita a reagendamento em função de vários fatores. Este é sem dúvida um processo moroso que vem já de 2018, lembrou o Senhor Presidente. Já relativamente à intervenção do senhor Deputado Avelino Soares, o Senhor Presidente associa-se à homenagem prestada a Sua Santidade, o Papa Francisco, por tudo o que representou e também pelo que fez por Portugal, nomeadamente, nas Jornadas Mundiais da Juventude. Sobre a intervenção do senhor Deputado Vítor Fernandes e a data de realização da assembleia municipal de fevereiro, tal foi necessário pelo facto de incluirmos o mais rapidamente possível a revisão no orçamento e assim termos um valor acrescido de 3 milhões de euros. Já sobre o “25 de abril” e porque este ano há, de certa forma, medidas governamentais de contenção devido aos três dias de luto nacional, teremos ainda assim um concerto e a exibição de um filme alusivo à data, concluiu neste período o Senhor Presidente. -----

----- Sem mais intervenções requeridas, passou-se logo de seguida, ao período de intervenção do público, mas nenhum dos presentes solicitou também a palavra. -----

----- Assim sendo, a sessão entrou logo depois na ordem de trabalhos da qual constaram os seguintes pontos com a introdução do novo ponto(12º) apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

1. Apreciação da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto-Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; ----

2. Análise e votação do Regulamento Municipal de apoio à aquisição de medicamentos;-----

3. Análise e votação do Regulamento Municipal de instrução dos Procedimentos Administrativos; -----

4. Análise e votação do Regulamento da Taxa Municipal Turística; -----

5. Análise e votação da proposta de atualização da tabela anexo ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências nas Freguesias;; -----

6. Análise e votação da Segunda revisão aos documentos previsionais para o ano de 2025; -----

7. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e vinte e quatro que apresentam os seguintes factos mais relevantes:

Total do Ativo: € 46.806.178,12;-----

Total do Património Líquido: € 39.220.150,23;-----

Total do Passivo: € 7.586.027,89;-----

Total de Rendimentos: € 14.157.442,30;-----

Total de Gastos: € 14.890.495,01;-----

Resultado Líquido do Exercício:€ - 733.052,71;-----

Desempenho Orçamental:-----

Saldos iniciais:-----

Operações Orçamentais: € 873.669,46-----

Operações de Tesouraria: € 425.286,39;-----

Recebimentos:-----

Operações Orçamentais: € 18.685.094,73;-----

Operações de Tesouraria: € 108.949,22;-----

Pagamentos:-----

Operações Orçamentais: € 15.224.153,31;-----

Operações de Tesouraria: € 95.934,82;-----

Saldos Finais:-----

Operações Orçamentais: € 3.460.941,42;-----

Operações de Tesouraria: € 438.300,79.-----

8. Análise e conhecimento da Certificação Legal de Contas de 2024 e Relatório do Auditor Externo;-----

9. Análise e conhecimento do Relatório do Estatuto de Direito de Oposição;-----

10. Voto de Pesar – Dr. Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva;-----

11. Voto de Pesar – Padre Adelino da Costa e Sousa;-----

12. Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco.-----

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que iniciou a sua intervenção na ordem de trabalhos, comunicando o seguinte: irá avançar a requalificação dos quartéis das GNR no Gerês e na sede do concelho, obras que poderão orçar em cerca de 700 mil euros; hoje mesmo foi assinado o auto de consignação para a mudança dos serviços da Segurança Social para as galerias do pavilhão municipal, após obras no local que terão uma valor aproximado de 250 mil euros; a Casa Florestal da Preguiça, após o incêndio que sofreu, está já em obras; o ICNF interditou o caminho florestal do Campo do Gerês à Vila do Gerês sem conhecimento da câmara municipal e disso mesmo quis dar conhecimento o Senhor Presidente, sendo que, neste âmbito, a câmara municipal terá já também garantido junto do Ministério do Ambiente a verba necessária para intervir na ordem de 1 milhão de euros, que serão assim investidos na Mata da Albergaria; na Praia do Alqueirão, tudo está em condições para funcionar, inclusive, a autorização da APA(Agência Portuguesa do Ambiente); a requalificação das vias municipais em Souto e na Pereirinha(Rio Caldo) vai avançar; a reposição da ecovia junto ao Rio Homem está em andamento; a 5 de maio

decorrerão as escrituras para aquisição de terrenos tendo em vista a instalação de fossas em Gondoriz; na Balança teremos a instalação e ampliação do pavilhão industrial com aquisição de mais terreno; em junho a esta assembleia virá um novo pedido de empréstimo bancário para investir na área da saúde, nomeadamente, na unidade de cuidados continuados, na extensão do centro de saúde em Rio Caldo e também na ampliação do Parque Industrial da Balança; a câmara municipal está a reavaliar o contrato de resíduos que termina em breve, sendo que, o nove executivo decidirá ou não a continuidade da situação atual; temos ainda projetos candidatados com o ICNF e para o ciclo da água também, assim como a implementação da rede em baixa entre o Alqueirão e a Vila do Gerês; em andamento estão também as candidaturas para as requalificações urbanas de Rio Caldo e Bairro da (EDP) Caniçada junto à barragem em Valdosende, para além da renovação do estacionamento náutico e renovação do estacionamento automóvel na Marina de Rio Caldo; a criação da área industrial da Balança está em marcha; a construção da rede pedonal entre o Zanganho e a Batoca idem; a requalificação do Centro Cultural de Terras de Bouro está quase concluída e pretende-se também a requalificação das escolas básicas de Moimenta e Rio Caldo; o Canil Municipal entrará em breve em funcionamento e a Ecovia do Homem seguirá até Souto. Já no que diz respeito à atividade regular do município no período em questão o Senhor Presidente apresentou os seguintes assuntos e atividades: no âmbito do projeto Bem Envelhecer, o Centro Social e Paroquial de Cervães organizou uma atividade intergeracional que proporcionou, no dia 19 de fevereiro, a várias instituições sociais do nosso concelho uma deslocação a Vila Verde; assinalámos o Dia Mundial da Proteção Civil a 1 de março; Divulgámos a requalificação da Praia do Alqueirão; Promovemos e apresentámos a implementação da taxa turística; no dia 5 de março, o Salão Nobre dos Paços do Concelho recebeu o Presidente da Mesa Administrativa da Irmandade de São Bento da Porta Aberta, senhor Padre Miguel Paulo Simões, tendo em vista a celebração com o Município de Terras de Bouro de um Protocolo de Colaboração financeira no âmbito da educação, ação social e apoio à natalidade; a Câmara Municipal de Terras de Bouro foi palco a 7 de março de uma reunião de trabalho que contou com a presença do Secretário de Estado das Florestas, Eng. Rui Miguel Ladeira Pereira; Divulgámos o Lançamento de Novo Concurso Público para a Requalificação da E.M. 536 (2ª fase) – Souto; Terras de Bouro marcou presença na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, no Parque das Nações, entre 12 e 16 de março. Esta foi uma oportunidade ímpar para promover o concelho; Na sequência da pretensão de implementação da taxa turística no nosso território, o Município de Terras de Bouro promoveu, a 19 de março, duas sessões explicativas, uma na Vila do Gerês e outra na Vila de Terras de Bouro, sobre as características e normas

de aplicação da referida taxa; Os postos de turismo do concelho, Moimenta, Rio Caldo e Gerês, para além do Núcleo Museológico do Campo do Gerês, passam, a partir de agora, a poder certificar também os peregrinos de Santiago de Compostela e Pedestrianistas da Grande Rota do PNP; No dia 21 de março, o Centro de Educação Ambiental do Videiro, no Gerês, foi palco da sessão de apresentação da Rede de Mulheres Guardiãs da Natureza e Desenvolvimento Sustentável do Mundo Rural; no Auditório Municipal decorreu a assinatura de um protocolo entre o Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês, a ANA – Aeroportos de Portugal, a Casa Comum da Humanidade (CCH) e as oito Comunidades Locais responsáveis pela gestão dos 13.500 hectares (135 km²) de baldios – quatro do concelho de Terras do Bouro e quatro do concelho de Montalegre; o Conselho Local de Ação Social (CLAS) da Rede Social de Terras de Bouro reuniu no passado dia 24 de março. Da ordem de trabalhos constaram assuntos relacionados com o Projeto Radar Social, Rede Social e emissão de parecer para o Centro Social e Paroquial de Covide; o Município de Terras de Bouro, plenamente consciente da necessidade de promover políticas de prevenção dos maus-tratos na infância, associou-se à CPCJ de Terras de Bouro, nesta causa tão importante que é a defesa das crianças que são vítimas de maus tratos; Decorreu no dia 3 de abril, no Auditório Municipal de Terras de Bouro, a fase municipal do Concurso Intermunicipal de Leitura do Cávado 2024-2025, uma organização da Rede de Bibliotecas de Leitura Pública do Cávado (RIBCA); o Município de Terras de Bouro marcou presença na XX Edição da Feira de Nanterre, em França, com uma delegação terrabourense. A participação de Terras de Bouro na Feira de Nanterre é um exemplo claro da importância de manter vivas e próximas as ligações com a nossa diáspora, que continua a ser um pilar essencial na divulgação da identidade e riqueza cultural do concelho além-fronteiras; o Município de Terras de Bouro reforçou as suas medidas de prevenção e combate a incêndios florestais. Com o objetivo de identificar as causas das ignições em espaço rural e reforçar a investigação, o Município adquiriu um conjunto de equipamentos eletrónicos que serão estrategicamente distribuídos pelo território. O investimento na aquisição destes equipamentos ascendeu a 5.884 euros e ainda, o Município de Terras de Bouro, no âmbito da promoção da recolha seletiva de óleos alimentares usados, procedeu à colocação de oleões em vários pontos do concelho, concluiu o Senhor Presidente sobre esta área. -----

----- Por último, neste ponto, o Senhor Presidente informou ainda que, à data, o saldo em operações orçamentais era de 3.460.941,42 € euros e no campo da despesa o valor era de 3.923.241,74 € euros -----

----- Sobre este ponto inicial da ordem de trabalhos, nenhum dos membros da assembleia municipal solicitou a palavra. -----

----- Ainda neste período e relativamente à atividade e projetos do município o Senhor Presidente procedeu à apresentação de um documento digital onde foram elencados e visualizados detalhadamente os seguintes temas: Estacionamento no Centro Náutico de Rio Caldo e o aumento da capacidade de acolhimento de embarcações da Fluvina na Albufeira da Caniçada; Requalificação Urbana de Rio Caldo (zona da CVP / Posto de Turismo / Parque de Estacionamento do Tanquinho e Plano de Pormenor do Bairro da EDP da Caniçada em Valdosende explicando, neste último ponto, o Senhor Presidente como irá ocorrer o financiamento do investimento neste local que orçará em cerca de 992.674,89 euros.-----

----- Posteriormente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o segundo ponto e passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, relativamente a este ponto disse o seguinte: “Nos últimos 3 anos registou-se uma sucessão de acontecimentos de impacto mundial, bem como nacional, com naturais implicações no Município de Terras de Bouro e que alteraram a dinâmica social e económica existente. A pandemia da COVID-19, declarada em março de 2020, o início do conflito na Ucrânia, em fevereiro de 2022, e o início do conflito entre Israel e a Palestina, em outubro de 2023, potenciaram efeitos económicos de gravidade assinalável no orçamento das famílias. Na sequência do exposto, vive-se uma situação de constante aumento da inflação, com uma subida quase generalizada dos preços, impondo-se, face ao contexto atual, que os municípios, no estrito cumprimento das suas atribuições e competências, diligenciem pela tomada de um conjunto de medidas que ajudem a mitigar os efeitos perversos da atual situação económica no rendimento disponível das/os cidadãs/ãos. No setor da saúde, em particular, e nos apoios municipais associados à comparticipação na aquisição de medicamentos, urge criar um quadro regulamentar para apoiar as/os cidadãs/ãos com doenças crónicas em situação de carência económica. O principal objetivo deste Regulamento é apoiar as/os cidadãs/ãos com doença crónicas em situação de carência económica na compra de medicamentos, uma vez que as doenças crónicas conduzem, geralmente, a despesas avultadas com medicação permanente. Esta situação, quando aliada a baixos rendimentos, coloca as/os cidadãs/ãos numa frágil situação económica, que afeta a sua qualidade de vida. Ora, considerando que os Municípios dispõem de atribuições no domínio da saúde e da ação social, compete às Câmaras Municipais participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, nas condições constantes de regulamento municipal. O presente Regulamento foi objeto de alguns ajustes na medida em que inicialmente se destinava a comparticipar em 50% os medicamentos dos/as beneficiários/as do Complemento Solidário para Idosos (CSI), porém, com a recente aprovação pelo Governo da

comparticipação em 100% dos medicamentos para os/as beneficiários/as do CSI, o regulamento deixou de se lhes aplicar. Assim sendo, o presente Regulamento estabelece o regime de atribuição de apoio à aquisição de medicamentos no concelho de Terras de Bouro, pretendendo apoiar a aquisição de medicamentos prescritos através de receita médica às/aos cidadãs/ãos com doenças crónicas que se encontrem em situação de carência económica. O limite máximo do apoio anual, por utente, é de 100,00 € (cem euros), concluiu o Senhor Presidente. -----

----- Sem intervenções e colocado logo a seguir à votação, foi aprovado o segundo ponto por unanimidade. -----

----- Continuando a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o terceiro ponto “Regulamento Municipal de instrução dos Procedimentos Administrativos” e o Senhor Presidente interveio para explicar o seguinte: “as exigências das sociedades modernas e a afirmação de novos valores sociais têm conduzido, um pouco por todo o mundo, ao aprofundamento da complexidade das funções do Estado e à correspondente preocupação de defesa dos direitos dos cidadãos e respeito pelas suas necessidades face à Administração Pública. A resposta pronta, correta e com qualidade, que efetive direitos e viabilize iniciativas, não se compadece com processos e métodos de trabalho anacrónicos e burocráticos, pouco próprios das modernas sociedades democráticas, que devem superar conflitos de valores da tradicional cultura administrativa, face às imposições dos atuais ritmos de vida e às aspirações cada vez mais exigentes do cidadão, cliente do serviço público.-----

----- Estas foram parte das fundamentações do governo para encetar um conjunto de medidas de desburocratização e digitalização dos serviços da Administração Pública e que justificaram a publicação do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na sua atual redação. Neste desiderato, o Município tem vindo a desenvolver um esforço permanente de reforço das relações entre a Câmara Municipal e a sociedade, aprofundando a cultura do serviço público, orientada para os cidadãos e para uma eficaz gestão pública, nomeadamente através da utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação. O resultado deste esforço obriga, em face das novas ferramentas que a Câmara Municipal disponibiliza aos seus cidadãos a regulamentar os procedimentos de instrução de pretensões externas, com especial enfoque na instrução de requerimento e apresentação de elementos instrutórios em formato digital. Assim sendo, a Câmara Municipal elaborou o presente Regulamento Municipal de Instrução dos Procedimentos Administrativos que hoje se apresenta para aprovação e que se aplica a todos os procedimentos administrativos de iniciativa particular, independentemente do domínio de atribuição municipal, tema ou assunto a que respeitem, quando instruídos pelos canais de interação especificados, a saber: Online, no Portal "Serviços online" do sítio institucional do

município na internet; Correio eletrónico Presencial, nos locais de atendimento municipais e Correio postal.-----

----- Sobre este ponto não aconteceram intervenções e dado que assim foi, foi imediatamente colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Seguiu-se o quarto ponto “Regulamento da Taxa Municipal Turística”, com o senhor Presidente da Assembleia Municipal a conceder a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que sobre o mesmo afirmou o seguinte: “A atividade turística no Município de Terras de Bouro tem vindo a denotar um desenvolvimento muito significativo ao longo dos anos, afirmando o Município como um dos principais destinos turísticos dos Municípios que fazem parte do Parque Nacional da Peneda Gerês. Terras de Bouro, e em particular o Gerês, enquanto destino de referência turística e em desenvolvimento constante, associado à população residente e à população migrante que, durante o período de Verão, ocorre ao concelho, implica um investimento por parte do Município, nomeadamente através da realização de obras de manutenção, construção, reabilitação e requalificação dos bens do domínio público e privado municipal, assim como dos jardins e espaços públicos. A obrigatoriedade de continuar a assegurar Terras de Bouro e o Gerês como um destino de referência sustentável, prevenindo a degradação e a excessiva ocupação, implica que o concelho se ajuste e reforce no que concerne à segurança de pessoas e bens, limpeza e higiene urbana, sinalética, animação de Verão, promoção do concelho, dinamização de eventos desportivos e culturais. Pelo exposto, a aplicação da taxa turística permitirá ao Município, prosseguir com a estratégia de promoção e afirmação turística do concelho, fortalecendo os agentes económicos do concelho e mantendo o crescimento do turismo nos próximos anos, garantindo, simultaneamente, a sustentabilidade e a equidade do setor com respeito pelos valores e património natural. Apesar do contributo para o crescimento económico local, o turismo coloca uma carga considerável nas infraestruturas municipais e nos serviços públicos, como a limpeza, a segurança e a manutenção de espaços públicos. Neste sentido, é legítimo solicitar uma compensação aos turistas, garantindo que tal medida não comprometa a competitividade do Município a nível regional, nacional e internacional. A criação da presente taxa tem como objetivo atenuar o impacto social e ambiental provocado pelos turistas, estabelecendo um equilíbrio que não prejudique a competitividade do Município como destino turístico. A taxa destina-se à manutenção de equipamentos e infraestruturas municipais, realização de obras de construção, manutenção e reabilitação urbanística, a garantir a limpeza urbana, a requalificação de jardins e espaços verdes, a preservação o património natural, o financiamento de eventos de promoção turística e desportivos, a abertura da época termal, a prestação de

informações e apoio aos turistas, o reforço da segurança e melhoria ambiental e a atração de investimento privado para empreendimentos turísticos. Esta taxa, fundamentada no conceito de bilateralidade, procura assegurar a sustentabilidade ambiental e cumprir os compromissos assumidos pelo Município, sublinhou o Senhor Presidente. Ainda neste âmbito frisou os encontros que manteve com os empresários locais na companhia do Vereador António Cunha e de como o município tem também a intenção de criar um SPA e promover a instalação de um teleférico na Vila do Gerês, duas ótimas formas de combater a sazonalidade. Sobre a taxa, o Senhor Presidente sublinhou a necessidade de todos participarem, porque a todos também beneficia e é uma receita de que não podemos abdicar, tornando-nos competitivos e promotores de um turismo de qualidade, concluiu o Senhor Presidente. -----

- Sobre este ponto solicitou a palavra o senhor deputado Vítor Fernandes para comunicar que o Partido Socialista se irá abster na votação deste ponto por considerar também que o alojamento local é uma ameaça aos residentes, aliás é até um fenómeno nacional. O senhor deputado afirmou também que a aplicação da taxa turística revela nesta altura coragem política e que deveria existir uma taxa diferenciada para o único parque de campismo que existe no concelho, isto por se tratar de um “nicho de mercado”, concluiu o senhor deputado. -----

----- Sobre esta última intervenção, usou logo depois a palavra o Senhor Presidente para responder que também é verdade que a requalificação do património para alojamento local veio revitalizar as nossas aldeias e, na verdade, os parques de campismo e a pousada da juventude não pagam taxa turística, sublinhou o Senhor Presidente, para quem a situação da pousada da juventude levanta algumas dúvidas, pois tem semelhanças com os hotéis. Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente referiu que, se os descontos que são facultados em função da aplicação da taxa, forem utilizados, a taxa turística quase que se dilui, mas continua a ser importante sua aplicação. A pandemia atrasou este processo que se vê agora concluído, finalizou o Senhor Presidente. -----

----- O senhor Deputado Vítor Fernandes interveio ainda uma última vez sobre este ponto para referir que terão que ser satisfeitas as expetativas criadas aos hoteleiros pela criação e implementação desta taxa turística.-----

----- Colocado logo depois à votação, o quarto ponto foi aprovado por maioria com uma abstenção do Partido Socialista. -----

----- Continuando a sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o quinto ponto “Análise e votação da proposta de atualização da tabela anexo ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências nas Freguesias” e passou imediatamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou o

seguinte “Considerando que nos últimos tempos se tem verificado um aumento significativo dos preços unitários associados a trabalhos de construção civil, nomeadamente no atinente a pavimentações em calçada, construção de muros e aluguer de equipamento e que alguns dos referidos trabalhos são, por diversas vezes, realizados pelas Juntas de Freguesia, entendemos que os valores unitários que vêm sendo utilizado na celebração dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências, se tornaram impraticáveis, pelo que se justificará uma atualização dos mesmos. No âmbito do que antecede, por forma a melhor fundamentar a atualização dos preços unitários atualmente praticados, a DOMAS procedeu a uma consulta a diversas empresas da especialidade, com especial incidência nos trabalhos predominantemente delegados nas Juntas de Freguesia. Em resultado da consulta e com base no conhecimento que aquela unidade orgânica tem dos preços praticados no mercado local, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à apreciação da Assembleia Municipal a atualização dos valores constantes da tabela anexa aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados com as Juntas de Freguesia, que se anexa à presente proposta da qual se deu conhecimento e dela faz parte integrante”, concluiu o Senhor Presidente.-----

----- Sem intervenções, o quinto ponto foi aprovado por unanimidade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou seguidamente o sexto ponto “Análise e votação da Segunda Revisão aos documentos previsionais para o ano de 2025”, fundamentando o Senhor Presidente a apresentação desta revisão da seguinte forma:” Foram aprovadas recentemente as candidaturas PESSOAS-FSE+-01571100, referente ao projeto “CLDS-5GEIRA” e NORTE2030-FSE+-01400900, referente ao projeto “Ter + Sucesso em Terras de Bouro.Foi ainda celebrado com a Irmandade de S. Bento da Porta Aberta um protocolo de mecenato que prevê a arrecadação de € 50.000,00, durante o ano de 2025. Resulta deste facto o aumento da previsão da receita, em 2025, de € 265.088,56, passando o total do orçamento municipal a prever o montante de € 22.128.042,00.-----

----- Considerando que aqueles projetos já se encontram em execução e que as correspondentes despesas se encontram suficientemente dotadas, estes montantes serão distribuídos por diversas rubricas orçamentais, melhor explanados, nos mapas de que se deram conhecimento e constituem a segunda revisão aos documentos previsionais para o ano de 2025, que agora se apresentam à Assembleia Municipal para aprovação, concluiu o Senhor Presidente. -----

----- Sem intervenções, o sexto ponto foi aprovado por unanimidade. -----

----- O sétimo ponto “Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas

relativos ao ano de dois mil e vinte e quatro” foi imediatamente a seguir apresentado e explanado exhaustivamente pelo senhor Presidente da Câmara Municipal da seguinte forma:” Tal como nos anos anteriores, em 2024 continuamos a verificar que, fruto da conjuntura internacional, a situação de inflação que se refletiu e reflete no aumento generalizado dos preços e o conseqüente agravamento dos encargos, poderia ter posto em causa a gestão financeira do Município e, por conseguinte, o ambicioso programa de desenvolvimento do nosso território. Pelo contrário, o Município de Terras de Bouro foi capaz de enfrentar essa adversidade e fê-lo com muita resiliência, tendo tomado as decisões mais adequadas para que, determinantemente, pudessem ser mitigados os efeitos gravosos dessa realidade avassaladora. Tal, só foi possível graças a uma política de gestão financeira muito atenta e rigorosa, assente no equilíbrio e na priorização das ações e investimentos, propiciando, assim, o contínuo desenvolvimento do território, tendo permitido que a Câmara Municipal mantivesse os investimentos planeados e em curso e respondesse com eficácia aos encargos assumidos. Terras de Bouro é um concelho com uma identidade plural e uma especificidade territorial muito peculiar que exige uma atenção e um empenho permanentes perante todas as situações do quotidiano, não esquecendo uma estratégia de desenvolvimento, assente na sustentabilidade, que foi encetado em 20 de outubro de 2017 e que queremos manter. Desde então, os munícipes, as empresas e todos os organismos de cariz social e associativo têm testemunhado uma melhoria significativa nos padrões de organização da vida concelhia, na qualidade dos serviços prestados, nas acessibilidades, na requalificação de espaços públicos e no aprofundamento das políticas de inclusão social e de coesão territorial, refletida numa intervenção generalizada, que de forma coerente e integrada, tem ocorrido em todo o território. Esse tem sido o caminho seguido, mantendo a fidelização à estratégia que foi delineada por este Executivo e da qual não se tem desviado. É prova disso a colaboração mantida com as Juntas de Freguesia, as Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro, as Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS’s), o Agrupamento de Escolas, o Centro de Saúde, a GNR, a Irmandade do São Bento da Porta Aberta e os Agentes de Desenvolvimento Local. É também prova disso, a ação interinstitucional e de profícua cooperação com as entidades que superintendem no nosso território, advindo daí uma melhor gestão, valorização e aproveitamento do património existente. O trabalho que realizamos, com grande afincamento e dedicação, permite-nos afirmar que estamos a criar melhores condições para quem cá vive, para quem escolhe a nossa terra como opção de futuro, ou para quem nos visita e se sente atraído pelo turismo de montanha, de paisagem, arqueológico, termal, aquático e religioso que, de forma distinta, constituem

verdadeiros ex-libris, diferenciadores de todo este território. Essa é a nossa motivação maior, esse é o compromisso que pretendemos continuar a manter com todos os terrabourenses e com aqueles que, como nós, acreditam que esta terra tem futuro, de Alma e Coração. Assente nesses pressupostos e garantias, apresentamos de seguida, o Relatório e as Contas do ano de 2024 no que diz respeito a: Relatório de Atividades, Relatório de Gestão e Organização Municipal e Recursos Humanos.” Após a apresentação dos relatórios supra, o Senhor Presidente referiu, por fim, que os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS da gerência do ano financeiro de 2024, foram aprovados em reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada em 17 de abril de 2025 e são agora presentes para análise e aprovação da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, concluindo assim nesta fase a sua intervenção. -----

----- Sobre este sétimo ponto solicitou a palavra o senhor deputado Avelino Soares conforme intervenção que se transcreve de seguida na íntegra: -----

Ex.mº Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Ex.mº Senhor Presidente da Câmara-----

Ex.mºs Secretários Dr. Paulo Morgado-----

Ex.m-ª Senhora Vereadora-----

Digníssimos membros desta Assembleia, Distintos Colegas -----

Ex.mº Chefe de Divisão, Dr. Paulo Antunes-----

Ex.mº Público Presente-----

Feita a análise dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2024 verificamos que, na Administração Municipal, na Atividade Municipal e na Capacidade de Endividamento, os números são bem explícitos, levando-nos a concluir que, como tem vindo a ser pratica deste Executivo, estamos perante um suporte documental de contas certas. -----

Assim, a receita total cobrada, no ano de 2024, foi de €18.685.094,27. -----

A despesa paga atingiu o valor líquido de € 15.224.153,00, correspondendo a uma execução de 81,23% dos recursos orçamentados. -----

Como resultado da boa execução orçamental em 2024, foram já incorporados no orçamento municipal de 2025 € 3.460.940,96. -----

Quanto ao endividamento, o quadro que nos é apresentado é muito claro e na sua evolução de 2018 até 31 de dezembro de 2024 foram amortizados 2.607.595,06€. -----

É de referir, no entanto, que a dívida em 1-01-2014 era de 4.664.755,08 e no dia 31-12-2024 era de 4.483.677,90€. -----

Ou seja, a pare de uma dinâmica inexcedível, a divida não disparou. -----

Esta é a demonstração clara de que é possível investir, de que é possível realizar obra, e que isso só pode acontecer com quem tem a certeza do que faz, com quem sabe gerir a dívida, o que é demonstrativo que este Executivo sabe, já deu provas disso e as provas estão em tudo o que está feito, em tudo o que está a ser feito e em tudo o que está programado ser feito.-----

Neste contexto importa destacar como obras concluídas no ano de 2024: -----

- A obra de reparação e requalificação do Centro Interpretativo do Garrano;* -----
- A Praia do Alqueirão, em Vilar da Veiga;* -----
- O pontão e o ancoradouro, entre pontes, na freguesia de Rio Caldo para atracar a embarcação turística;* -----
- O Passeio Pedonal, que vai da ponte de Rio Caldo ao lugar de Assureira, em Vilar da Veiga e que durante tantos anos foi reclamado e agora está concretizado;* -----
- Obras da Rota do Santuário do Bom Jesus das Mós, que melhorou todo o património existente e a envolvente daquele Santuário;* -----
- Segunda fase da obra do Centro de Recolha Municipal (Canil);* -----
- Segunda fase da Ecovia do Homem.* -----

Poderia referir várias outras obras, quer projetadas, quer em concretização, mas há projetos que pela sua singularidade, especificidade e de particular interesse para as populações despertam, a minha e julgo que a atenção de todos nós, como é o caso do projeto, já em elaboração, de uma Unidade de Cirurgia em Ambulatório no nosso Concelho, cujo Protocolo de Cooperação foi assinado, entre a ULS de Braga e a Câmara Municipal (na pessoa do senhor Presidente) no Dia do Município, 20 de outubro do ano passado e que foi Homologado pela senhora Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, que se deslocou a Terras de Bouro, expressamente para esse fim. Esta obra porá à disposição dos doentes dois blocos operatórios, e uma unidade de internamento para convalescença dos intervencionados, dando uma nova dinâmica à sede do Concelho e proporcionando a empregabilidade de vários profissionais, da área da saúde e serviços complementares. -----

Igualmente não poderia deixar de mencionar a criação de uma Unidade de Cuidados Continuados que responderá a casos, pós internamento, de doentes a necessitar de apoio e atenção especial. -----

Também a ampliação do Loteamento Industrial, no lugar de Moure, freguesia da Balança, responderá a necessidades prementes de vários serviços municipais, concorrendo para um melhor ordenamento municipal. -----

Toda esta dinâmica é resultado do trabalho deste Executivo e particularmente do grande empenhamento do senhor Presidente, que tudo tem feito para que o nosso concelho

progrida e possa ombrear com aqueles que, com outras potencialidades, não vão muito além da gestão corrente. -----

Muito obrigado senhor Presidente. -----

O documento de apresentação das contas de 2024, elaborado pelo senhor Dr. Paulo Antunes, que é um competente e dedicado funcionário, só pode merecer a nossa aprovação. -----

Terá a nossa aprovação porque reflete a real situação do ano económico de 2024. -----

Terá a nossa aprovação porque já tem a aprovação da generalidade dos municípios. -----

Terá a nossa aprovação porque Terras de Bouro saiu a ganhar. -----

Muito obrigado-----

----- *Fim da transcrição da intervenção do senhor Avelino Soares.* -----

----- *O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para agradecer a intervenção do senhor Avelino Soares e o apoio da bancada do Partido Social Democrata.* -----

----- *Colocado logo depois à votação o sétimo ponto da ordem de trabalhos, “Documentos de Prestação de contas relativos ao ano de dois mil e vinte e quatro”, foi aprovado por unanimidade.* -----

----- *Seguidamente, introduziu-se o oitavo ponto “Análise e conhecimento da Certificação Legal de Contas de 2024 e Relatório do Auditor Externo “ e aqui o Senhor Presidente explicou a necessidade legal de apresentação e conhecimento do documento em causa que classifica o município de satisfatório na certificação legal, adiantou o Senhor Presidente.* -----

----- *Sobre este ponto, não existiu nenhuma intervenção e o mesmo foi assim conhecido por todos os membros da assembleia municipal.* -----

----- *Seguiu-se o nono ponto “conhecimento do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição de dois mil e vinte e quatro” e com a mesma justificação do anterior, sublinhando o Senhor Presidente o cumprimento dos pontos que compõem este relatório, não mereceu assim também intervenções, sendo dado como conhecido por todos os membros da assembleia municipal.*-----

----- *O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou logo depois o décimo ponto “Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva”, documento lido na assembleia pela senhora segunda secretária da mesa, Elisa Antunes.* -----

----- *Colocado à votação e sem intervenções o ponto foi aprovado por unanimidade e do mesmo foi consignado um minuto de silêncio como forma de homenagem.*-----

----- *Seguiu-se o décimo primeiro ponto “Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Padre*

Adelino da Costa e Sousa”, com igual procedimento e leitura por parte da senhora segunda secretária da mesa, Elisa Antunes.-----

----- Colocado também à votação e sem intervenções o décimo segundo ponto foi aprovado por unanimidade e do mesmo foi consignado um minuto de silêncio como forma de homenagem.-----

----- Seguiu-se o último ponto “Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco” nos mesmos moldes de apresentação e colocado imediatamente à votação foi aprovado por unanimidade e consignado igualmente um minuto de silêncio como forma de homenagem.-----

----- Sobre estes últimos pontos o senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para sublinhar e realçar as diferenças salutares entre os Homenageados e de como se trata de perdas irreparáveis para a nossa sociedade e para o Mundo. Sobre o Dr. Miguel Macedo, seremos eternamente gratos e reconhecidos pelo que fez e representou para Terras de Bouro e já sobre o senhor Padre Adelino Sousa, aqui fica também o reconhecimento pela dedicação e preocupação com os seus paroquianos ao longo de uma vida, também ela dedicada a São Bentinho, enquanto Reitor da Basílica. Sobre Sua Santidade, o Papa Francisco, o Senhor Presidente sublinhou o exemplo para todos nós e a sorte de o termos conhecido e ouvido. -----

----- Ainda neste período final e também sobre o falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, o senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para frisar a faceta humilde do Papa, bem explicita na escolha do seu nome como responsável máximo da Igreja perante o Mundo, símbolo da defesa dos pobres e dos oprimidos. Sublinhou também o senhor Presidente da Assembleia Municipal o modo de vida e maneira de estar no dia a dia, tanto na estrutura do próprio Vaticano como na sociedade mundial de alguém que procurava incessantemente estar junto das pessoas. Aliás esta última faceta, ficou bem marcada pelo contacto próximo com os jovens nas Jornadas Mundiais da Juventude onde também o lema “Todos, todos, todos juntos na Igreja”, tantas vezes repetido por Sua Santidade, contribuiu para a inclusão e aproximação dos mais desfavorecidos. O Papa Francisco, continuou, foi um lutador pelo fenómeno migratório, preocupou-se pelas questões ambientais, apontou os nomes dos responsáveis eclesiásticos pelo abuso de menores e demonstrou toda a sua revolta pelas guerras que assolam o Mundo, tratou-se de uma enorme perda para a Humanidade, concluiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Neste período final, o senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para apelar à participação em breve no evento “Braga Romana” e realçar o apelo já efetuado a todos os presentes no sentido de participarem já este fim-de-semana na

abertura da época termal aqui na Vila do Gerês, é importante que dinamizemos a economia e a cultura do nosso concelho, frisou também. -----

----- Findo este período, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal reforçou o apelo do Senhor Presidente relativamente ao evento deste fim de semana e deu por encerrada a sessão, fechando logo após os trabalhos pelas vinte e duas horas e trinta minutos horas. Da mesma se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal

